



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Doutoramento 2015-2016

Unidade curricular

Introdução ao Direito Público I e II

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Gouveia e Freitas Martins -2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A unidade curricular de Introdução ao Direito Público tem como objetivo promover a reflexão própria, crítica e livre sobre os grandes temas da *summa divisio* Direito público e Direito privado e, em particular:

- O aprofundamento dos conhecimentos sobre os critérios de distinção entre o Direito público e o Direito privado privilegiando-se a identificação dos valores envolvidos e uma abordagem crítica sobre a sua *valia* e consequências ao nível de regime;
- A identificação dos fenómenos de miscigenação e das novas tendências de interligação do Direito Público e do Direito Privado, nos diversos sistemas nacionais e no Direito internacional;
- A abertura para uma visão não compartimentada do Direito Público e do Direito Privado que visa promover a investigação de temas de forma transversal e integrada numa perspetiva mais vasta e global do Direito.

Conteúdos programáticos

1. A distinção entre o Direito Público e o Direito privado: origem, critérios e teses relativas à oscilação cíclica da sua preponderância.
2. A miscigenação do Direito Público e do Direito privado.
  - A 'constitucionalização' e a 'administrativização' do Direito privado
  - O fenómeno de fuga para o Direito privado *versus* a aplicação do Direito privado pela administração, a reserva de Direito administrativo e o 'Direito privado administrativo'
  - O exercício de funções públicas e poderes e prerrogativas de autoridade por particulares: conceitos e fronteiras
  - A aplicação do Direito administrativo a entidades públicas não integradas na administração e a entidades genuinamente privadas
  - A relevância atual da distinção entre o Direito público e o Direito privado: análise de alguns institutos jurídicos
3. A internacionalização do Direito:
  - Fatores de convergência dos sistemas jurídicos nacionais no plano do Direito privado e do Direito público
  - As propostas de emergência de um Direito administrativo global ('*Global administrative law*')

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As temáticas integrantes do conteúdo programático são adequadas à prossecução dos objetivos subjacentes à presente unidade curricular ao disponibilizarem e fomentarem a divulgação e aprofundamento das mais recentes construções dogmáticas e científicas sobre institutos já conhecidos e de novos fenómenos decorrentes da globalização e complexificação do Direito

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A primeira parte do curso de doutoramento será dedicada à exposição pela regente de diversos subtemas da atualidade do Direito Público complementada com a apresentação pelos doutorandos de notas de leitura de artigos e livros sugeridos, bem como à sua análise e debate em aulas de cariz teórico-prático.

Na segunda parte do curso caberá a cada doutorando proceder a uma exposição oral sobre um determinado tema, de duração de 45 minutos/1 hora, seguida da sua discussão e análise crítica por parte de todos os participantes, sob a direção da regente, que tecerá comentários e sugestões sobre o tema escolhido, a proposta de estrutura do relatório, a bibliografia, identificando as questões que devem ser desenvolvidas.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

A escolha do tema caberá ao doutorando, sob orientação da regente e a sua apresentação oral decorrerá na data e sessão previamente marcadas, devendo ser distribuído a todos os participantes um documento que contenha os tópicos da exposição oral. O tema deverá ser posteriormente objecto de um relatório escrito a apresentar até 15 de Setembro de 2015, nos termos do regulamento em vigor.

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Participação nas aulas
- Relatório escrito

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino, baseadas na exposição, aprofundamento e debate de temas da atualidade visam estimular a investigação, o espírito crítico e a construção dogmática e são aptas a lançar pistas de investigação para os doutorandos desenvolverem, preparando os alunos para a feitura da tese de doutoramento:

- A realização de exposições temáticas procura aperfeiçoar as capacidades orais de apresentação de temas em público e, por via da sua análise crítica, contribuir para orientar a realização dos relatórios escritos a apresentar;
- A intervenção nas discussões, questionando, problematizando e criticando, visa desenvolver o espírito crítico e as capacidades de reação argumentativa e contra-argumentativa;
- Os trabalhos escritos, em termos complementares, visam desenvolver a forma de expressão de ideias e o aprofundamento fundamentador de posições assumidas, habilitando a introdução de técnicas metodológicas que permitam aos alunos apresentar a dissertação de doutoramento.

#### Bibliografia principal

A bibliografia específica será indicada antecipadamente a propósito de cada tema.

#### Bibliografia geral:

- ALEXY, ROBERT, *Teoría de los derechos fundamentales*, Madrid, 1997.
- ANDRADE, JOSÉ CARLOS VIEIRA DE, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 3ª edição, Coimbra, Almedina, 2004.
- BRITO, MIGUEL NOGUEIRA DE, «*Sobre a Distinção entre Direito Público e Direito Privado*», in AAVV, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, vol. I, Coimbra Editora, 2010, pp. 43-73.
- CANARIS, CLAUS-WILHELM, *Direitos fundamentais e direito privado* (trad. Igno Wolfgang Sarlet, Paulo Mota Pinto), Coimbra, Almedina, 2003.
- CANOTILHO, JOSÉ JOAQUIM GOMES,
  - *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª edição (4ª reimpressão), Coimbra, Almedina, 2007.
  - *Dogmática de direitos fundamentais e direito privado*, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles, Coimbra, 2003, Volume 5.
- ESTORNINHO, MARIA JOÃO, *A fuga para o Direito Privado*, Almedina, Coimbra, 1999.
- FINGER, JULIO CESAR, *Constituição e Direito Privado: algumas notas sobre a chamada constitucionalização do direito civil*, A Constituição concretizada – Construindo pontes entre o público e o privado (org. INGO WOLFGANG SARLET), Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2000.
- GONÇALVES, PEDRO, *Entidades privadas com poderes públicos*, Almedina, Coimbra, 2005.
- MARQUES, FRANCISCO PAES «*O conceito de Direito Administrativo: barroquismo conceptual inútil ou tábuas de salvação no tsunami*», in AAVV, *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, Vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pp. 325-345.
- MIRANDA, JORGE/MEDEIROS, RUI, *Constituição Portuguesa Anotada*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- MIRANDA, JORGE, *Manual de Direito Constitucional*, Tomo IV – *Direitos Fundamentais*, 4ª edição, 2008.
- NEUNER, JÖRG, *A influência dos direitos fundamentais no Direito privado alemão*, in *Direitos Fundamentais e Direito Privado – Uma perspectiva de Direito Comparado* (organizadores: António Pinto Monteiro, Jörg Neuner e Ingo Wolfgang Sarlet), Coimbra, Almedina, 2007.
- NOVAIS, Jorge Reis, *Direito sociais (Teoria jurídica dos Direitos sociais como direitos fundamentais)*, Coimbra editora, 2010.
- OTERO, PAULO
- *Vinculação e Liberdade de Conformação Jurídica do Sector Empresarial do Estado*, Coimbra Editora, Coimbra, 1998.
- *Legalidade e Administração Pública: O sentido da vinculação administrativa à juridicidade*, Almedina, Coimbra, 2003, reimp. 2007, 2ª reimp., 2011;
- PINTO, PAULO MOTA, *A influência dos direitos fundamentais sobre o direito privado português*, in *Direitos Fundamentais e Direito Privado – Uma perspectiva de Direito Comparado* (organizadores: António Pinto Monteiro, Jörg Neuner e Ingo Wolfgang Sarlet), Coimbra, Almedina, 2007.
- SARLET, INGO WOLFGANG, *Direitos fundamentais e Direito Privado: algumas considerações em torno da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais – A Constituição concretizada – Construindo pontes entre o público e o privado* (org. INGO WOLFGANG SARLET), Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2000.
- SILVA, VASCO PEREIRA DA,
- *A vinculação das entidades privadas pelos direitos, liberdades e garantias*, RDES, 1987.
- *Em busca do acto administrativo perdido*, Almedina, Coimbra, 1998.

## Curricular unit sheet

Course \_\_\_\_\_

Curricular unit

(maximun 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximun 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Syllabus

(maximun 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximun 1000 characters)



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximum 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximum 3000 characters)

Main Bibliography

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.